

Euclides da Cunha



Por **MARIO MIRANDA ANTONIO JUNIOR***

Verbetes do “Dicionário marxismo na América”

Vida e prática política

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) nasceu em Santa Rita do Rio Negro, hoje Euclidelândia, distrito municipal de Cantagalo, interior do estado do Rio de Janeiro, sendo filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e de Eudóxia Moreira da Cunha.

Na época, o Brasil estava envolvido na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Foi um período de intensas transformações sociais, econômicas, políticas – impulsionadas, por exemplo, pelas leis “Eusébio de Queiroz”, responsável pelo fim do tráfico negreiro, e “de Terras” (1850), fundamental para a ampliação da concentração fundiária no país, impedindo com isso a democratização do acesso à terra, sobretudo, aos trabalhadores imigrantes e ex-escravizados. Com este processo, garantiu-se o controle legalizado do monopólio agrário sob o domínio de poucos, bem como a disponibilidade de mão de obra barata, muitas vezes submetida ao trabalho não-assalariado, como era comum nas grandes propriedades (com as suas levas de posseiros, meeiros e agregados). Era o Brasil dos primórdios da indústria e da urbanização, do liberalismo político, do positivismo, do naturalismo; do abolicionismo e republicanism; da expansão das ferrovias e do café em São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente no Oeste Paulista (que desde 1880 ultrapassou a produção do Vale do Paraíba), móvel da economia agroexportadora até a década de 1930.

A infância de Euclides da Cunha foi conturbada, perdendo a mãe com apenas três anos; como o pai não acreditou que teria condições de criá-lo sozinho, passou a viver com a irmã na casa de uma tia materna, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois a tia faleceu, obrigando os irmãos a se mudarem para casa de outros tios, em São Fidélis, cidade do mesmo Estado.

Sua formação se deu na então capital federal (Rio de Janeiro), onde estudou no Colégio Aquino, na Escola Politécnica e na Escola Militar da Praia Vermelha, dos anos 1880 até meados de 1890. Lecionaram no Colégio Aquino figuras eminentes do Império, militares, políticos e cientistas, como o marechal Francisco Carlos da Luz, visconde do Rio Branco – pai do futuro barão do Rio Branco (amigo de Euclides) – e Joaquim Gomes de Souza, bastante conhecido à época por seus notáveis conhecimentos em matemática, física e astronomia. Além disto, entre 1878 e 1885 deu-se o protagonismo dos liberais no gabinete imperial e a consagração da “Escola do Recife” – de Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Farias de Brito, Graça Aranha, Araripe Júnior, a chamada “Geração de 1870”. Foi nesse contexto que Euclides frequentou, de 1885 a 1893, as escolas Militar e Politécnica, tornando-se aluno e amigo de Benjamin Constant, um dos notáveis do movimento republicano e do positivismo no Brasil.

Euclides da Cunha foi um dos principais representantes do movimento republicano brasileiro, um intenso agitador nos

quartéis e redações de jornais e revistas – tendo escrito com frequência, entre 1884 e 1909, em periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1888 escreveu sobre as “questões sociais”, fazendo uma apologia da democracia como sendo a característica dos regimes políticos daquele século. Ao longo de 1889, promoveu intensa agitação na imprensa em defesa da República, aludindo ao centenário da Revolução Francesa e seus heróis. Nestes anos de mobilização republicana, escreveu com frequência em *A Província de São Paulo*, que viria a ser, a partir da Proclamação da República, o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Nessa época de agitações e transformações sociopolíticas, a “questão social” ganhou centralidade no pensamento de Euclides, que a via como resultado dos problemas fundamentais do país, agravados com a consolidação do capitalismo, tais como: as contradições surgidas com o fim da escravidão, a reivindicação por trabalho assalariado livre, o acesso à educação laica e universal, o aumento da imigração estrangeira, a industrialização e a urbanização. Para ele, a Constituição de 1891 não havia assegurado as transformações políticas, econômicas e sociais que o ascendente proletariado almejava – insatisfação que se agravou com o fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca (1891), o autoritarismo de Floriano Peixoto (o “marechal de Ferro”) e a repressão contra as revoltas da Armada e Federalista.

Desiludido com o governo republicano (àquela época ideologicamente inspirado no positivismo), Euclides licenciou-se do Exército e passou a atuar como engenheiro civil, cumprindo estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil, até dar baixa e abandonar a farda definitivamente em 1896. Neste tempo, os ferroviários eram uma categoria já bastante consciente, sendo organizados e combativos – sua primeira grande greve ocorreu entre 1891 e 1892, no Rio de Janeiro, tendo sido brutalmente reprimida. Isto não passou despercebido ao olhar atento do jovem Euclides, que percebeu a importância das lutas destes trabalhadores para o movimento operário brasileiro.

Em 1896, Euclides foi contratado pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, tendo trabalhado em Santos, Bertioga, São José do Rio Pardo e São Paulo, dentre outras cidades – experiência que o colocou em contato direto com o jovem proletariado urbano, predominantemente anarquista e socialista.

Por estes anos, tentou algumas vezes ingressar como docente na recém-criada Escola Politécnica de São Paulo (fundada em 1893). Para tanto, contou com a recomendação de destacados professores da Politécnica, como Theodoro Sampaio, Garcia Redondo e Ramos de Azevedo. Entretanto, não foi bem sucedido devido a controvérsias com Francisco de Paula Souza, diretor da instituição – Euclides havia publicado em *O Estado de São Paulo* artigos críticos ao projeto da escola. Ainda assim, ele persistiria em suas tentativas de se tornar professor até 1904, quando, após nova recusa da instituição, partiu para a Amazônia em missão diplomática.

Ainda neste período do fim do século, um acontecimento marcaria a vida de Euclides: o início do conflito no arraial de Canudos, sertão da Bahia (novembro de 1896), quando camponeses liderados pelo beato Antônio Conselheiro – liderança espiritual e comunitária do povoado –, se revoltaram contra latifundiários e comerciantes locais, dando início a um confronto que envolveria as forças policiais estaduais e o Exército. De caráter sobretudo fundiário (ainda que também com apelo messiânico), este movimento incomodou fortemente as elites locais (agrárias, comerciais e eclesásticas). Tratava-se de uma comunidade rural autônoma e bastante autossuficiente, na qual a terra era de propriedade coletiva (apenas as casas e alguns poucos bens eram admitidos como posses) e que atraía milhares de pobres que vagavam pelo interior do sertão baiano. Assim, em um momento histórico no qual a República se afirmava e reforçava o poder dos coronéis, o levante de Canudos se tornaria, no decorrer dos enfrentamentos, um movimento *antirrepublicano*. De início, após os primeiros choques entre os sertanejos e as forças policiais, as elites locais apelaram ao governador do estado, que por sua vez, solicitou apoio de tropas da União; logo, com a derrota da segunda expedição do exército (composta por mais de 600 homens, com vistas a dismantelar o arraial e capturar os sediciosos), instaurou-se o pânico na República – disseminando-se através da imprensa a convicção de que se tratava de um movimento de “restauração monarquista”.

Nesse sentido, o jornalista Euclides da Cunha deu a sua colaboração ao entendimento do episódio, com dois artigos intitulados “A nossa Vendéia”, publicados em *O Estado de S. Paulo* (mar. 1897); por essa razão, em agosto, ele foi enviado a Canudos pelo jornal para acompanhar os acontecimentos e produzir reportagens. Chegou em Canudos acompanhando a

quarta e última expedição, comandada pelo ministro da Guerra, o marechal Carlos Machado Bittencourt, em setembro de 1897. Desta experiência resultaria a sua obra fundamental, lançada em 1902, *Os sertões: campanha de Canudos*, denominada por ele como o seu “livro vingador”, com que ele buscou fazer justiça à história do povoado sertanejo massacrado pelo Exército republicano, por meio do registro minucioso e da denúncia contundente dos fatos.

Em 1898, como engenheiro, Euclides da Cunha partiu para reconstruir uma ponte em São José do Rio Pardo, que havia desabado no ano anterior. É nesta cidade que, ao longo de quase quatro anos (até a inauguração da obra), escreveu grande parte de *Os sertões*. Lá, tornou-se amigo do prefeito Francisco Escobar, conhecido como “ex-republicano vermelho” e dono da maior biblioteca da região. Durante sua passagem pela cidade, fundou com o prefeito, intelectuais e operários, em primeiro de maio de 1899, o jornal *O Proletário*. No ano seguinte criou o Clube Internacional Filhos do Trabalho, de aberta inspiração socialista, seguindo os princípios da II Internacional (de 1889), tendo sido o responsável por redigir o programa do grupo e um manifesto em homenagem ao Primeiro de Maio de 1901.

Em 1902, aconteceu no Rio de Janeiro o II Congresso Socialista, e foi nesta ocasião que, em dezembro, *Os sertões* foi publicado. Com a consagração do livro pelo público, Euclides foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo aceito em setembro de 1903 para ocupar a vaga de Valentim Magalhães. Em novembro do mesmo ano, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

No ano seguinte, Euclides da Cunha aceitou um convite feito pelo barão do Rio Branco (então ministro das Relações Exteriores) para chefiar uma missão diplomática brasileira na Amazônia – pois que, na ocasião, havia uma disputa pela fixação das fronteiras entre o Brasil e o Peru. Nomeado chefe da Comissão do Alto Purus, ele embarcou para Manaus em dezembro de 1904.

Dois anos depois, quando retornou do Norte do país ao Rio de Janeiro, foi designado como adido no Ministério das Relações Exteriores, agregado ao gabinete do barão do Rio Branco. E no final deste ano de 1906, viria enfim a tomar posse na ABL, sendo recepcionado pelo escritor e crítico literário Sílvio Romero.

Em 1907, veio à luz *Contrastes e confrontos*, coletânea de escritos seus publicados em diversos periódicos (de 1894 a 1907). Neste ano, publicou ainda *Peru versus Bolívia*, sobre a missão diplomática incumbida de resolver as questões fronteiriças – e as animosidades – entre os dois países e o Brasil. E, em dezembro, proferiu a conferência “Castro Alves e seu tempo”, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, convidado pelos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto.

No ano seguinte, Euclides iniciou a preparação da obra *A margem da história*, lançada postumamente (em 1909, logo de seu falecimento). Escreveu ainda o prefácio de *Inferno Verde*, obra de Alberto Rangel sobre a Amazônia; e prefaciou a obra *Poemas e Canções* de Vicente de Carvalho.

Finalmente, em 1909, Euclides da Cunha estava decidido a se estabilizar profissionalmente. A vida de engenheiro, diplomata e jornalista errante se tornara incompatível com suas responsabilidades familiares e, principalmente, com sua saúde frágil e o desejo de se dedicar e sobreviver do ofício intelectual. A instabilidade profissional que o levava, de trabalho em trabalho, a uma existência nômade, abalara a harmonia da sua vida familiar, conjugal, econômica, intelectual e física. Assim, ele resolveu concorrer a uma vaga para a cadeira da disciplina de Lógica do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tendo se classificado em segundo lugar; contudo, apesar do primeiro lugar do filósofo Farias de Brito, foi Euclides o nomeado – devido a indicação do barão do Rio Branco. Lecionou, entretanto, menos de um mês (entre julho e agosto), quando foi assassinado.

Na manhã do dia 15 de agosto de 1909, ele invadiu armado a casa do amante de sua esposa, Dilermando de Assis, um jovem cadete do exército, morador do bairro da Piedade (Rio de Janeiro); disposto a um duelo de vida ou morte, Euclides recebeu quatro tiros e morreu no local. Contava com apenas 43 anos de idade.

Contribuições ao marxismo

A maturação teórico-política de Euclides da Cunha se deu em meio às agitações e transformações sociopolíticas, no bojo do fim do antigo regime monarquista-escravista e da urbanização – o que fez emergir contradições e conflitos latentes, tanto entre as frações das classes dominantes, como entre estas e o proletariado em formação. Foi nesse ambiente que suas ideias amadureceram, permeadas de um lado por sua formação acadêmica burguesa, de outro por sua práxis política no processo de consolidação do capitalismo.

Graduado como engenheiro militar e, por vocação, atuando como jornalista, o autor adquiriu sólida formação intelectual, inserção e protagonismo no cenário da política nacional – experiências que foram decisivas em seu desenvolvimento teórico e político.

A breve vida de Euclides da Cunha pode ser dividida em duas partes: a do militar e a do civil. Olhando-as separadamente, pode-se captar com nuances e complexidade o que sua atuação política e ideias representaram para a sociedade do final do século XIX e início do XX no Brasil. O Euclides militar foi um republicano e positivista radical, agitador, idealista e nacionalista; paradoxalmente, foi a própria República e o “jacobinismo” militar florianista (marcado pela repressão violenta às revoltas da Armada e Federalista) que o levaram a se desgostar do regime e dos quartéis – de modo que, logo no início da República, se afastou do Exército. Já o Euclides civil, por sua vez, foi um intelectual-militante, sensível às demandas sociais e engajado na defesa das causas das classes oprimidas.

O Rio de Janeiro da década de 1890 assistiu à emergência dos partidos operários – um fundado por um tipógrafo negro, Luís França, e o outro por um tenente da Armada, José Augusto Vinhaes –, bem como ao I Congresso Socialista Brasileiro (de 1892).

De 1894 até o final da vida, como engenheiro civil e jornalista, Euclides da Cunha se aproximou cada vez mais do proletariado urbano e dos camponeses, acompanhando de perto os efeitos deletérios da industrialização e urbanização aceleradas, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Desde a greve de 1891-1892 dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, fortemente reprimida, passando pelo massacre dos camponeses em Canudos e por sua militância socialista em São José do Rio Pardo, no início do século XX, até o registro e a denúncia da exploração e miséria vivida pelos seringueiros na Amazônia, entre 1904 e 1906, Euclides amadureceu sua reflexão crítica, avançando do chamado *socialismo utópico* (idealista) ao socialismo marxista (alicerçado cientificamente) – passando das influências de Proudhon e Fourier às de Marx e Engels.

A obra de Euclides se insere e reflete o processo de transformação do país decorrente do desenvolvimento das relações capitalistas e da emergência do proletariado urbano, conforme se intensificava a “questão social” e a luta de classes. Esse processo complexo e repleto de contradições colocou em evidência e oposição os dois Brasis que coexistiam no final do século XIX: um “arcaico” – senhorial e escravista –, e outro “moderno” – liberal e capitalista. O choque entre as classes fundamentais do capitalismo marcaria definitivamente o desenvolvimento de seu pensamento e sua atuação política.

Paradoxalmente, sua obra-prima, *Os sertões*, nos diz muito pouco sobre o intelectual-militante que, a partir da década de 1880, flertou com o socialismo utópico, aproximando-se paulatinamente do operariado (em ascensão desde os anos 1890) e dos camponeses (no sertão brasileiro), até o final da sua vida. Isto porque, ao longo da análise desenvolvida em seu mais famoso livro, nota-se influências do pensamento positivista, evolucionista. Neste ponto, cabe observar que, no Brasil de então a concepção de ciência estava predominantemente ancorada nas ciências naturais – as ciências sociais eram pouco desenvolvidas por aqui. Nas humanidades, apenas teorias como o determinismo ou o evolucionismo eram reconhecidos como “ciência”, enquanto que o socialismo ou o liberalismo eram tratados como doutrinas filosóficas – supostamente abstratas. A separação, típica da ordem burguesa, entre o trabalho manual e o intelectual refletia-se também na divisão entre teoria e prática política. Ademais, o socialismo que chegava ao Brasil (no final do século XIX e início do seguinte) era o da II Internacional – a Internacional Socialista –, maculado pelo positivismo, determinismo, colonialismo. Prevalecia,

portanto, no país, um socialismo eclético e idealista, referenciado em autores como Saint-Simon e Proudhon, e dialogando sem medidas com Darwin, Friedrich Ratzel ou Hippolyte Taine.

Deste modo, de início, os artigos e escritos políticos euclidianos se fundavam nas concepções idealistas do socialismo utópico – afirmando reivindicações genéricas, reformistas, moralistas, tergiversando sobre a luta de classes e o antagonismo entre capital e trabalho, em suma, negligenciando o necessário enfrentamento ao capitalismo. Mais tarde, porém, seus escritos mais propriamente “científicos” (atentos à realidade social concreta, como *Os sertões*) passam a se consolidar – ainda que em um primeiro momento estivessem condicionados e dialogando com teses positivistas, deterministas e evolucionistas (que dominavam o ambiente intelectual). Quanto a *Os sertões*, contudo, cabe notar que, apesar do caráter ainda *cientificista* – marcado pelo determinismo e evolucionismo social e, portanto, em certa medida *conservador* – predominante na obra, o posicionamento político de Euclides é contundentemente ao lado dos vencidos: os camponeses oprimidos pelo latifúndio e massacrados pelo exército da República (de inspiração positivista).

A passagem de Euclides do *socialismo utópico* em direção ao chamado *socialismo científico* (o *socialismo marxista*), ou seja, ao socialismo concebido como “ciência” – em oposição ao socialismo idealista anterior –, é um processo gradual, que tem como um de seus marcos o artigo “Um velho problema” (1904), publicado em *O Estado de S. Paulo*. Neste texto, utilizando-se de conceitos do marxismo, o autor afirma que “a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham”, e que “o capital é uma espoliação”; denuncia como um “roubo” a apropriação pela burguesia dos meios de produção e do trabalho, pois “a fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho”, e “nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário”; e sentencia, ainda, de forma categórica, que está “desbancada a lei de Malthus, ante a qual nem se explicaria a civilização”, e “demonstrada a que se lhe contrapõe”, a saber, que “cada homem produz sempre mais do que consome, persistindo os frutos do seu esforço além do tempo necessário à sua reprodução”, o que faz “manifesto o traço injusto da organização econômica do nosso tempo”.

Constatando que a “exploração capitalista é assombrosamente clara”, colocando o trabalhador “num nível inferior ao da máquina”, Euclides concebe que a “revolução não é um meio, é um fim”, asseverando que o “triunfo” dos trabalhadores é “inevitável”. Renuncia, assim, às “utopias de Saint-Simon” e às “alienações de Proudhon”, pois foi com Karl Marx, “inflexível adversário de Proudhon, que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva”. Reivindica assim a “socialização dos meios de produção e circulação” e afirma que o “caráter revolucionário do socialismo está apenas no seu programa radical”, isto é: “revolução” é igual a “transformação”. Portanto, para consegui-la, bastaria “erguer a consciência do proletário e – conforme a norma traçada pelo Congresso Socialista de Paris, em 1900 – aviventar a arregimentação política e econômica dos trabalhadores”, pois, “para abalar a terra inteira”, ao proletariado é suficiente que “pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços”.

São portanto notórias as transformações entre o homem que foi a Canudos e aquele que foi à Amazônia, considerando a sua práxis política no interior do recrudescimento da luta de classes e da “questão social” – na medida em que se agudizava o desenvolvimento do capitalismo e do antagonismo entre capital e trabalho. A luta de etnias manifesta em *Os sertões* foi cedendo lugar à luta de classes. Isto porque o contato com a realidade dos trabalhadores e do sertanejo demandavam uma concepção teórica – o materialismo histórico – que fosse capaz de explicar as mazelas e contradições do capitalismo, apontando alternativas para o seu enfrentamento por meio da formação, mobilização e organização dos trabalhadores.

A ruptura que se impôs, decorrente da decepção com a República, aprofundou-se diante da constatação do abandono da “questão social” e da repressão imposta às classes populares – tanto no sertão, contra os camponeses, quanto nas cidades, contra o operariado. Nessa tarefa de disseminar o marxismo (por ele entendido em um viés ainda marcado pelo evolucionismo, como “socialismo científico”), de mobilizar e elevar a consciência e organização dos trabalhadores, tarefa que exerceu desde o final do século XIX até o início do seguinte, Euclides da Cunha nos legou uma contribuição relevante – sobretudo em se considerando o ambiente conservador vigente –, denunciando com veemência a exploração, a opressão e a repressão da “questão social” nas cidades e no campo.

Considerado um dos inauguradores das ciências sociais no Brasil, vale ainda destacar que o autor influenciou desde intelectuais conservadores (Alberto Torres, Oliveira Vianna), até os clássicos da “geração de 1930” (Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda) e de gerações posteriores (como Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Darcy Ribeiro).

Comentário sobre a obra

Euclides da Cunha foi um intelectual e militante político do século XIX, tendo debatido com os principais interlocutores políticos e sociais de sua época, mirando a alvorada do século XX. Sujeito de ampla erudição e produção intelectual prolífica, observamos em sua obra desde clássicos da literatura mundial – Homero, Sófocles, Ésquilo, Dante, Cervantes, Shakespeare – até grandes nomes da literatura da época, como Victor Hugo, Émile Zola, Liev Tolstói, Fiódor Dostoiévski, Castro Alves e José de Alencar, conforme destacaram, no lançamento de *Os sertões* (1902), alguns críticos literários (Araripe Júnior, José Veríssimo, Sílvio Romero). Ademais, na obra de Euclides, nota-se seu debate com alguns dos grandes representantes das ciências sociais e naturais do século XIX, tais como Charles Darwin, Herbert Spencer, Friedrich Ratzel, Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Auguste Comte, Gustave Le Bon, Thomas Carlyle, Pierre-Joseph Proudhon, Charles Fourier, Saint-Simon e, especialmente, Karl Marx. O caráter eclético e o sincretismo teórico que definem sua produção desse período correspondem à diversidade de nossa formação social, às demandas impostas pela unidade nacional somadas à efervescência literária e científica decorrentes da urbanização do país. Seus ensaios literários, históricos e culturais, portanto, articulando variadas teorias, tentaram se adequar às exigências do debate político, social e cultural vigente.

Dito isto, o intelectual consagrado que foi em missão diplomática à Amazônia e escreveu *À margem da história* (Porto: Livr. Chardron de Lello e Irmão, 1909), *Contrastes e confrontos* (Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1907) e o preâmbulo de *Inferno verde* (de Alberto Rangel, 1908), e que denunciou a violenta exploração do seringueiro é o mesmo que, pouco antes, em primeiro de maio de 1904, publicou “Um velho problema” (*O Estado de S. Paulo*) – afastando-se assim do idealismo em direção a uma concepção do socialismo enquanto *ciência* (embora com uma compreensão do marxismo ainda limitada por certo *determinismo*) –, e não aquele jovem autor idealista, republicano e positivista que denunciou o massacre de Canudos por meio do seu “livro vingador”, *Os sertões: campanha de canudos* (Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1902).

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha inaugura a reflexão sobre o nosso processo histórico, a formação social e a “questão social” na perspectiva científica. Apesar de que, nesta época (prévia à sua conversão ao “socialismo científico”), ele ainda estivesse carregado de influências de um *cientificismo* bastante conservador – determinista, positivista, racista –, seu posicionamento ideológico se mostra nitidamente a favor das classes exploradas: denunciando as mazelas, as contradições e o abandono dos sertanejos, em oposição à opulência do litoral civilizado, urbano, desenvolvido. Dividindo a obra em três capítulos – “A terra”, “O homem” e “A luta” –, o autor destaca, no primeiro, a influência do meio ambiente (clima e geografia) sobre o ser humano. Sob influência do determinismo de Ratzel (um dos fundadores da geografia moderna), Euclides denuncia o clima inóspito, o flagelo da seca e a vegetação hostil e escassa como fatores que agridem e matam homens e animais; apoiando-se no filósofo iluminista Montesquieu, sustenta que, nos trópicos, devido a supostas exigências da “adaptação”, a “seleção natural” teria por consequência forjado indivíduos dotados de “máxima energia orgânica” e “mínima fortaleza moral”. Já no segundo capítulo, critica a miscigenação (que considerava uma degeneração), e busca explicar a *gens* do sertanejo, visto como um legítimo produto brasileiro, resultado da miscigenação entre os três povos que compuseram nossa formação: o europeu, o indígena e o africano. Cabe aqui explicar que a visão euclidiana sobre o sertanejo é uma mistura contraditória de idílio e aberração: de um lado, afirma que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”; de outro, que se trata de um sujeito “retrógrado”, um “tipo fisicamente forte, de evolução psíquica em desenvolvimento”. Crente no determinismo e no evolucionismo social, o autor se apoia sempre na natureza e no clima para justificar os comportamentos humanos; assim, sustenta que o sertanejo “reflete a oscilação da própria natureza que o rodeia”. Finalmente, no terceiro capítulo, denuncia a “questão social” no campo e a brutal repressão da República contra os camponeses pobres, atrasados, explorados e abandonados há três séculos pela nação – afirmando que a vila de Canudos “era um hiato, isolada no tempo e no espaço, permitindo um recuo na história da civilização à barbárie”.

Assim como em *Canudos*, sua experiência na Amazônia foi base para obras críticas como as já citadas *Contrastes e confrontos* e *À margem da história* (esta incompleta, devido à sua morte trágica em 1909). Nestes escritos, sobretudo, no último, Euclides mostra o contraste entre a exuberância natural e a degradação humana que compunham as profundezas brasileiras. Acentua a sua atenção à “questão social”, expressa na denúncia contundente da miséria, exploração e abandono do seringueiro, migrante dos sertões nordestinos, destacando “a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril”. Aponta a enorme contradição entre o seringueiro e “o patrão opulento”, enfatizando que “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”, conforme “o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão”; e arremata, destacando que os “regulamentos dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos” – que ao lê-los “vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco”.

Já *Contrastes e confrontos* é uma coletânea de artigos e outros escritos publicados em diversos meios, entre 1894 e 1907, nos quais o autor trata dos mais variados temas relacionados ao Brasil. Aí, Euclides expõe um panorama dos primeiros anos da República e de seus protagonistas, refletindo sobre questões sociais que atravessavam o país e caracterizavam as contradições de seu desenvolvimento histórico – um registro preciso e contundente da história brasileira, à luz da reflexão crítica.

Entre os anos de 1884 e 1909, ele escreveu para importantes periódicos, como: *O Democrata*, *Democracia*, *A Província de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comércio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, dentre outros de menor repercussão.

A obra de Euclides da Cunha pode ser encontrada no portal *Vida e obra de Euclides da Cunha* (<https://euclidesite.com.br>). Trata-se de um sítio eletrônico bastante completo e acessível, um espaço que reúne diversos de seus escritos e documentos, desde poemas da sua fase romântica, época de estudante secundarista (na qual louvava em versos os revolucionários franceses Robespierre, Marat, Danton, Saint-Just e Madame Roland, passando por Voltaire, Rousseau, Victor Hugo e Louise Michel), até relatórios, entrevistas, discursos, crônicas, correspondência e artigos jornalísticos de diversos periódicos com que contribuiu ao longo da vida – nos quais discute as questões nacionais e estrangeiras do seu tempo, dialogando com os mais variados e importantes intelectuais das ciências naturais e sociais, da literatura e da filosofia. Neste endereço encontram-se ainda seus principais livros (*Os sertões*, *Peru versus Bolívia*, etc), além do seu artigo inaugural em *A Província de São Paulo*, no qual argumenta em favor da educação e da ciência como inerentes à democracia – entendida aqui, para além de sua dimensão político-partidária, como uma espécie de evolução civilizatória (texto que assinou com o pseudônimo “Proudhon”, em referência ao sapateiro anarquista francês).

Já no portal do *Estadão*, encontra-se a sua produção jornalística e os seus registros de *Canudos* como correspondente deste periódico paulista (<https://acervo.estadao.com.br>).

Recentemente, foram lançadas coletâneas de textos do autor, trazendo inclusive escritos inéditos, tais como: *Ensaio e inéditos* (São Paulo: UNESP, 2018); *À margem da história* (S. Paulo: UNESP, 2019); e *Euclides socialista: obras esquecidas* (S. Paulo: Autonomia Literária, 2019).

Em se tratando de obras de estudiosos acerca de Euclides da Cunha, há farta bibliografia, especialmente nas áreas das ciências sociais, história e literatura. Dentre os trabalhos produzidos, merece destaque os de Walnice Nogueira Galvão, Roberto Ventura, José Calasans, Francisco Foot Hardman, José Carlos Barreto de Santana, Leopoldo Bernucci e Berthold Zilly.

Por fim, no campo das artes, cabe ressaltar que o livro *Os sertões* inspirou filmes, documentários, ópera e dramas – com destaque à montagem teatral levada ao palco, entre 2002 e 2007, pelo dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, diretor do histórico Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona (São Paulo): uma peça épica com quase 30 horas de duração, dividida em cinco partes (“A Terra”, “O Homem I”, “O Homem II”, “A Luta I” e “A Luta II”) e com cerca de uma centena de participantes; a dramatização foi ainda filmada por vários diretores de cinema, que a registraram em uma linguagem híbrida (cinematográfica-teatral), produzindo uma série de longas-metragens intitulada *Os sertões: os filmes*. Vale também registrar o poético disco *Canudos*, do músico e compositor baiano Gereba Barreto, lançado em 1997 – uma homenagem ao

centenário do histórico conflito, bem como ao clássico euclidiano.

***Mario Miranda Antonio Junior** é doutorando em Economia Política Mundial (UFABC).

Publicado originalmente no portal do [Núcleo Práxis-USP](#).

Referências

ANTONIO Junior, Mario Miranda. "Euclides da Cunha e *Os sertões*: 'questão social', autoritarismo e capitalismo na República Oligárquica". *Revista Convergência Crítica*, v. 1, 2022. Disp.: <https://periodicos.uff.br>.

BARRETO DE SANTANA, José Carlos. "Euclides da Cunha e a Escola Politécnica de São Paulo". *Revista de Estudos Avançados*, v. 10, n. 26. São Paulo: EDUSP, 1996.

CALASANS, José. "Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico". *Revista USP*, n. 54 ("Dossiê *Os sertões*: cem anos"). São Paulo: 2002. Disp.: www.revistas.usp.br.

FOOT HARDMAN, Francisco. "Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides". *Revista de Estudos Avançados*, v. 10, n. 26. São Paulo: EDUSP, 1996.

GALVÃO, Walnice Nogueira. "Entrevista: fato e ficção na obra de Euclides da Cunha". *Hist. cienc. saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5 (supl.), jul. 1998.

_____. *Euclides da Cunha: militante da República*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOVAL, Bóris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

ROSSO, Mauro. "Euclides da Cunha, político". *Baleia na rede - Revista do Grupo de Pesq. de Cinema e Literatura da Fac. Filos. e Ciências (Unesp-Marília)*, v. 1, n. 6, dez. 2009. Disp.: <https://revistas.marilia.unesp.br>.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Euclides da Cunha e a República. *Revista de Estudos Avançados*. v. 10, n. 26. São Paulo: EDUSP, 1996.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA